Coordenadora da Repartição de Expediente Técnico — desde Maio de 1996;
Técnica superior da Divisão de Apoio Técnico — desde Julho de 1992.

Participação em comissões:

Representação do CMOPP no Comité Consultivo para os Mercados Públicos, no âmbito da Comissão Europeia;
Vogal e secretária na comissão técnica CT 133, «Qualificação de empresas de construção em matéria de obras públicas», no âmbito do IPQ;
Representação de Portugal nas reuniões plenárias do CEN/TC 330 e CENELEC/TC 219;
Participação na CCEOPP na Comissão de Classificação de Empresas de Obras Públicas e Particulares.

Actividade no sector privado:

Empresa Pública de Águas de Lisboa;
TECNORROCHA — Sociedade de Desmonte e Escavação de Rochas, S. A.;
Beralt Tin and Wolfram.

Despacho n.º 10 391/2005 (2.ª série). — Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento de Carreiras, Disciplinar e Retributivo do IMOPPI, aprovado por despacho conjunto de 15 de Março de 2002, em articulação com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º, conjugado com o artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, pelo que o conselho de administração, em sessão 2 de Julho de 2004, deliberou convidar a licenciada Maria João Borges de Campos Ferreira Robalo de Magalhães, que corresponde ao perfil pretendido e detém as características especificamente adequadas ao exercício das funções inerentes à Direcção de Análise de Mercados.

Assim:

Ao abrigo do artigo 14.º do Regulamento de Carreiras, Disciplinar e Retributivo do IMOPPI, conjugado com o artigo 20.º e os n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, com efeitos a 1 de Setembro de 2004, a licenciada Maria João Borges de Campos Ferreira Robalo de Magalhães directora de Análise de Mercados.

Nota curricular

Nome — Maria João Borges de Campos Ferreira Robalo de Magalhães.
Estado civil — casada.
Residência — Alameda do Alto da Barra, 8, 1.º, direito, 2780-179 Oeiras.
Bilhete de identidade n.º 4787736.
Habilitações académicas — licenciatura em Economia, ramo de Planeamento, pelo Instituto Superior de Economia, em 1981, complementada com as cadeiras da licenciatura em Gestão de Empresas: Contabilidade Analítica e Fiscalidade.
Situação profissional:

- 8 de Maio de 1982 — estágio remunerado efectuado na empresa pública EDP — Electricidade de Portugal, no âmbito do planeamento da empresa, tendo trabalhado com um modelo económico para o consumo de energia eléctrica;
- 14 de Junho de 1983 — técnica superior de 2.ª classe na situação de requisição no Instituto Português do Património Cultural, tendo desenvolvido trabalho no âmbito do orçamento de funcionamento e do PIDDAC do Instituto;
- 1 de Março de 1984 — técnica superior de 2.ª classe do quadro do Departamento Central de Planeamento (actual DPP), tendo exercido as suas funções na direcção que à altura coordenava o sector empresarial do Estado;
- 3 de Outubro de 1984 — técnica superior de 2.ª classe na situação de destacamento no NAEP — Núcleo de Acompanhamento das Empresas Públicas, na dependência do Secretário de Estado do Planeamento;
- 1 de Novembro de 1985 — técnica superior de 2.ª classe na situação de destacamento no SPEP — Secretariado Permanente para as Empresas Públicas;
- 15 de Novembro de 1986 — técnica superior de 2.ª classe do quadro do Departamento Central de Planeamento, tendo prestado serviço no Núcleo de Desenvolvimento Regional;
- 2 de Fevereiro de 1989 — técnica superior de 1.ª classe no Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas, tendo a seu cargo o PIDDAC das Pescas;
- 2 de Fevereiro de 1990 — chefe de divisão de Estatística do mesmo Gabinete, tendo implementado, em coordenação com os Serviços de Informática, o sistema de informação deste

- sector (o sector das pescas é que produz as respectivas estatísticas, tendo para o efeito um acordo com o INE);
- 27 de Setembro de 1993 — assessora do quadro do referido Gabinete;
- 9 de Novembro de 1993 — directora de serviços do Gabinete de Coordenação Financeira da Secretaria-Geral do Ministério do Mar;
- 1 de Janeiro de 1996 — assessora no Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (CMOPP) em regime de requisição, tendo coordenado o serviço de qualificação das empresas de obras públicas;
- 14 de Maio de 1997 — assessora principal da carreira de economista do quadro do CMOPP;
- 11 de Maio de 1998 — nomeada, em regime de substituição, por seis meses, directora de serviços de Programação, Avaliação e Documentação, com posterior nomeação, tendo exercido estas funções até 31 de Março de 2003;
- 1 de Abril de 2003 — assessora principal no GAERE (Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas) do MOPTH em regime de requisição, tendo trabalhado na área da cooperação para o desenvolvimento e no âmbito da OMC;
- 1 de Dezembro de 2003 — assessora principal no IPAD — Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, tendo desenvolvido um trabalho, em parceria com a empresa BDO, de reestruturação deste Instituto.

19 de Abril de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Filipe Silva*.

Despacho n.º 10 392/2005 (2.ª série). — A fim de prover o cargo de chefe de departamento de Entidades Externas Públicas e Privadas, procedeu-se à publicitação da vaga, de acordo com o estipulado no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na bolsa de emprego público e num jornal de expansão nacional.

Candidatou-se apenas o funcionário agora provido no cargo, que preenche o perfil pretendido.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, por deliberação de 3 de Dezembro de 2004 do conselho de administração do Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI), foi autorizada a nomeação do engenheiro José Gonçalves Brás para o cargo de chefe de departamento de Entidades Externas Públicas e Privadas (DEE), do IMOPPI, em comissão de serviço, pelo período de três anos, por urgente conveniência de serviço, com efeitos à data do despacho de nomeação, ao abrigo do artigo 21.º da lei supracitada.

Nota curricular

Nome — José Gonçalves Brás.
Estado civil — casado.
Morada — Azinhaga da Cidade, Torres do Lumiar, torre A, 6.º, A, 1750-065 Lisboa.
Bilhete de identidade n.º 4010976, de 2 de Setembro de 1997, do arquivo de Lisboa.
Carteira profissional n.º 17 831 (Ordem dos Engenheiros).
Habilitações:

- Licenciatura em Engenharia Civil (ramo de Estruturas) pelo Instituto Superior Técnico (IST), da Universidade Técnica de Lisboa — 1982;
- Estágio no Centro de Estudios de Puertos y Costas (CEPYC), Madrid — 1990;
- Pós-graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal pelo Instituto Superior de Transportes (ISTP) — 1996.

Experiência profissional:

- No Instituto Nacional de Estatística (INE):
 - Técnico auxiliar (de 1972 a 1983);
 - Técnico superior de estatística (de 1983 a 1984);
- No gabinete de apoio técnico (GAT):
 - Engenheiro civil de 2.ª classe (de 1984 a 1985);
 - Projectos, pareceres, assessoria e acompanhamento de obra (empreendimentos municipais);
- Em organismos do sector marítimo/portuário (DGP, DGPNTM e IMP):
 - Engenheiro civil (de 2.ª classe até assessor) (de 1985 a 1999);
 - Apreciação de projectos de empreendimentos relacionados com a utilização do domínio público marítimo;
 - Acompanhamento da execução material e financeira dos projectos de obras portuárias inscritos no PIDDAC;

- Representante da DGP em comissões ou grupos de trabalho para solução de intervenções ilegais no domínio público marítimo;
- Representante da DGP na Comissão Especial de Apreciação da Direcção-Geral do Turismo;
- Representante da DGP em várias comissões de delimitação do domínio público marítimo;
- Membro da comissão técnica de acompanhamento do Plano Director Municipal de Vila do Bispo;
- Membro da equipa do projecto para o desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica (SIG), em colaboração com o Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI);
- Membro do grupo de Observação Sistemática das Obras Marítimas (OSOM), em colaboração com o LNEC;

No CMOPP/IMOPPI:

- Assessor e assessor principal (técnico superior de 1.ª) (de 1999 a 2004);
- Colaboração nos trabalhos da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE);
- Análise das candidaturas das empresas ao ingresso ou reclassificação na actividade de empreiteiro/construtor;
- Reavaliação de empresas construtoras já classificadas;
- Colaboração, com deslocamento para o LNEC, nos trabalhos de elaboração das novas fórmulas tipo para a revisão de preços das empreitadas.

19 de Abril de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Filipe Silva*.

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

Aviso n.º 4921/2005 (2.ª série). — Por despacho do administrador-delegado do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P., Delegação dos Portos do Sul, de 21 de Março de 2005, foi autorizado nos termos do n.º 1 do n.º 11.º e do n.º 2 do n.º 12.º da Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro, o acesso, na respectiva carreira, com efeitos a partir de 12 de Março de 2005, do trabalhador José Raimundo Nunes Glória, técnico superior do grau 5 B.R. 21, a técnico superior do grau 4 B.R.22. (Não carece de visto ou autorização do Tribunal de Contas.)

15 de Abril de 2005. — O Administrador-Delegado, *David de Oliveira Assoreira*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10 393/2005 (2.ª série). — Através do Decreto-Lei n.º 3/2003, de 7 de Janeiro, foi criado o cargo de coordenador nacional para os Assuntos da Família, prevendo-se a existência de uma estrutura de apoio técnico ao exercício das respectivas funções.

Entretanto, o Governo determinou, por intermédio do Decreto-Lei n.º 5/2005, de 5 de Janeiro, a extinção do referido cargo, ao qual sucederia o Comissariado Nacional para os Assuntos da Família e da Criança, o qual, no entanto não chegou a ser activado.

Até à aprovação da Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, criado pelo XVII Governo Constitucional, importa definir em que moldes se deverão desenvolver os trabalhos do efectivo, que, até à data, tem vindo a desempenhar funções no âmbito da respectiva estrutura de apoio técnico.

Assim, considerando que a política da família constitui uma dimensão importante das políticas sociais a que o Governo tenciona dedicar atenção;

Considerando que, neste domínio, foram levadas a cabo iniciativas, como a Linha Informar Famílias, que constituem respostas a que importa dar continuidade até uma avaliação mais profunda;

Tendo em conta que a experiência e o acervo de trabalho já desenvolvido neste domínio devem ser aproveitados, asseguradas que sejam as condições para o seu desenvolvimento num enquadramento institucional adequado;

Nestes termos, determino o seguinte.

1 — O pessoal que, na presente data, desenvolve funções técnicas no âmbito da estrutura de apoio definida no despacho n.º 13 805/2003 (2.ª série), de 9 de Junho, passará a desempenhar tais funções no quadro da Direcção-Geral da Segurança Social.

2 — A Direcção-Geral de Segurança Social deverá assegurar a orientação, a coordenação técnica e as condições logísticas ao desenvolvimento da respectiva actividade.

3 — A Secretaria-Geral deverá assegurar as condições de mobilidade do pessoal nos moldes que têm vindo a ser seguidos.

4 — O presente despacho entra em vigor em 2 de Maio de 2005.

20 de Abril de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Inspecção-Geral do Trabalho

Aviso n.º 4922/2005 (2.ª série). — 1 — Por despacho do inspector-geral do Trabalho de 25 de Fevereiro de 2005 e ao abrigo do artigo 28.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar de chefe de secção, área administrativa, do quadro de pessoal do ex-IDICT, aprovado pela Portaria n.º 596-B/93, de 21 de Junho, e alterado nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

2 — «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — O presente concurso é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

4 — Compete genericamente ao chefe de secção orientar, coordenar e supervisionar as actividades desenvolvidas na Secção de Pessoal e Assuntos Gerais, executando e fazendo executar os procedimentos administrativos, designadamente os constantes das alíneas *a*), *b*), *d*) e *n*) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

5 — O local de trabalho situa-se nos Serviços Centrais da IGT, sites na Praça de Alvalade, 1, em Lisboa.

6 — A remuneração é a correspondente ao escalão aplicável da respectiva categoria, constante do anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração pública central.

8 — Os requisitos gerais de admissão a concurso são os constantes do artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 204/98, sendo os especiais a posse da categoria de assistente administrativo especialista ou de tesoureiro, em ambos os casos com classificação de serviço não inferior a *Bom*.

9 — Os métodos de selecção a utilizar são os de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

10 — Os critérios objectivos de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção e, bem assim, o sistema e fórmulas de classificação dos candidatos constam expressamente da acta n.º 1, aprovada pelo júri do concurso na sua 1.ª reunião, a qual será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11 — A ordenação dos candidatos aprovados é feita de harmonia com a classificação final, resultando esta da média das classificações obtidas em ambos os métodos de selecção.

12 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento redigido em papel normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao inspector-geral do Trabalho, dele devendo constar:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Indicação da categoria e do serviço a que está vinculado;
- d) Identificação do concurso, com referência ao número e data do *Diário da República*;
- e) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas enunciados no artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 204/98;
- f) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

13 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato, do qual constem as habilitações literárias e profissionais e